

1 Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2023, às 14h, reuniram-se ordinariamente os  
2 conselheiros da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
3 das Velhas (CBH Rio das Velhas), por meio de videoconferência, utilizando-se da plataforma *Microsoft*  
4 *Teams*. **Participaram os seguintes conselheiros:** Sebastião Orlando Martins da Silva – Prefeitura de  
5 Funilândia; Celso Guimarães Carvalho – Prefeitura de Ouro Preto; Guilherme da Silva Oliveira –  
6 Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (FAEMG); Monicke Sant Anna Pinto de Arruda –  
7 Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG); Brenda Samara Barros Pereira – Fórum Nacional  
8 da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas (FONASC-CBH); Cecília Rute de Andrade Silva  
9 – Conviverde. **Participaram os seguintes convidados:** Dimas Correa, Wolmara Teixeira, Ohany  
10 Vasconcelos, Jacqueline Fonseca – Agência Peixe Vivo (APV); Leonardo Ramos – Tanto Design.  
11 **Pauta:** Item 1. Abertura, verificação de quórum e apresentação dos conselheiros e convidados; Item 2.  
12 Definição dos conselheiros titulares e suplentes; Item 3. Escolha de coordenador e secretário da CTIL;  
13 Item 4. Aprovação da ata da reunião do dia 27 de março de 2023; Item 5. Revisão do Regimento  
14 Interno do CBH Rio das Velhas conforme DN CERH 78/2023 e nota jurídica IGAM 054/2023; Item 6.  
15 Avaliação da DN que aprova o Plano Plurianual de Aplicação (PPA) dos recursos da cobrança pelo uso  
16 de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, referente aos exercícios 2024 a 2027 e  
17 dá outras providências; Item 7. Aprovação da proposta de calendário para o ano de 2024; Item 8.  
18 Assuntos gerais e encerramento. **Item 1.** Ohany Vasconcelos agradece a presença de todos, explica as  
19 funções da CTIL, que estão ligadas a analisar os atos do CBH Rio das Velhas a partir de um ponto de  
20 vista institucional e de legalidade, e de adequar as decisões e prioridades do comitê às formas e  
21 padrões legais. Essa é a primeira reunião do atual mandato, cuja gestão vai de 2023 a 2027, e será  
22 definida a composição da câmara e seu coordenador(a). Em seguida, Ohany solicita que cada um se  
23 apresente. **Item 4.** Após a apresentação de cada um, é solicitada inversão de pauta. E assim, a ata da  
24 reunião do dia 27 de março de 2023 é colocada em votação, e aprovada com 2 abstenções, sendo elas  
25 de Celso Carvalho (Prefeitura de Ouro Preto) e Brenda Barros (FONASC-CBH), uma vez que não  
26 estiveram presente na reunião em questão. **Item 2.** Dimas Correa explica a composição das câmaras  
27 técnicas do CBH Rio das Velhas, que são compostas por 2 conselheiros titulares e 2 suplentes para  
28 cada segmento. Justifica a ausência de 4 conselheiros que manifestaram interesse em serem membros  
29 da CTIL, mas que não puderam comparecer à presente reunião. São eles: Valter Vilela (ABES MG) por  
30 estar representando o Conselho de Administração da APV em reunião junto ao IGAM; Heloísa Cavalieri  
31 (SAAE Itabirito), que está representando o CBH Rio das Velhas no Simpósio Brasileiro de Recursos  
32 Hídricos em Aracajú/SE; Luis Felipe Porto Maia (Associação Comunitária dos Moradores e Produtores  
33 da Agricultura Familiar em Morro da Garça) que foi chamado de última hora pelo prefeito do município

34 de Morro da Garça para uma reunião na prefeitura em questão; Sirlene Almeida (Prefeitura de  
35 Contagem) também convocada para reunião em sua prefeitura, assim como João Paulo Sarmiento  
36 (Instituto Estadual de Florestas IEF) foi convocado junto à instituição que representa. Em seguida, os  
37 conselheiros se organizam, e definem a CTIL conforme composição a seguir: Poder Público Estadual –  
38 João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento (IEF) titular, suplente em aberto, assim como a outra vaga de  
39 titular e de suplente deste segmento; Poder Público Municipal - Sebastião Orlando Martins da Silva  
40 (Prefeitura de Funilândia) titular, Sirlene Conceição de Almeida Santos (Prefeitura de Contagem)  
41 suplente, Celso Guimarães Carvalho (Prefeitura de Ouro Preto) titular, suplente em aberto; Usuários de  
42 Água - Henrique Damasio Soares (FAEMG) titular, Guilherme da Silva Oliveira (FAEMG) suplente,  
43 Monicke Sant Anna Pinto de Arruda (FIEMG) titular, Heloísa Cristina França Cavallieri (SAAE Itabirito)  
44 suplente; Sociedade Civil - Brenda Samara Barros Pereira (FONASC-CBH) titular, Valter Vilela Cunha  
45 (ABES-MG) suplente, Cecília Rute de Andrade Silva (Conviverde) titular, Luiz Felipe Pedersoli Porto  
46 Maia (Associação Comunitária dos Moradores e Produtores da Agricultura Familiar) suplente. **Item 3.**  
47 Cecília Rute se candidata a coordenadora, e é aprovada por todos. A secretária ou secretário será  
48 escolhido na próxima reunião. **Item 5.** Ohany explica que as alterações a serem realizadas nos  
49 regimentos internos dos comitês de bacias de Minas Gerais por recomendação do IGAM surgiram a  
50 partir de manifestações de instituições que participaram dos processos eleitorais por discordarem de  
51 alguns pontos do edital. Assim, visando atender a essa demanda, o Conselheiro Estadual de Recursos  
52 Hídricos (CERH), aprovou a deliberação normativa 78/2023, que subsidia a elaboração dos regimentos  
53 internos dos comitês, e a Procuradoria Jurídica do IGAM emitiu a nota jurídica IGAM 054/2023 a  
54 respeito da adequação dos regimentos de todos os comitês. Deste modo, na parte do texto dos  
55 regimentos que trata da composição dos usuários de água, deverá ser acrescido o termo “outras  
56 formas de geração de energia”, como sendo um item diverso ao setor de hidroeletricidade. Além disso,  
57 foi excluída a exigência de que caso um município fosse integrante de algum consórcio ou associação  
58 intermunicipal integrante do comitê não poderia ocupar uma vaga isolada dentro do comitê. Neste  
59 caso, chegou-se à conclusão de que praticamente nenhum comitê conseguiria compor o segmento  
60 poder público municipal, pois praticamente todos os municípios compõem algum consórcio ou  
61 associação, e por isso está sendo excluído dos regimentos. Ohany diz que o prazo para que os  
62 comitês realizem essa alteração é o início do próximo ano, mas o comitê está se aproveitando do fato  
63 de já haver uma plenária agendada para dezembro, e assim já aprovar as alterações. Essas alterações  
64 já foram realizadas na minuta do regimento interno enviada aos conselheiros da CTIL junto à  
65 convocação dessa reunião, e pergunta se todos tiveram a oportunidade de ler e se estão de acordo.  
66 Monicke Sant Anna diz ter observado no regimento que o comitê exerceria papel de acompanhamento

67 e fiscalização, e tem dúvidas sobre como seria a atuação nesse sentido, até para se ter segurança  
68 jurídica. E questiona também se não caberia normatizar as reuniões virtuais, uma vez que outras  
69 normativas já tratam deste assunto. Ohany explica que neste momento só é possível alterar os  
70 parágrafos recomendados pelo IGAM, e se for alterar alguma outra coisa é preciso consultar o órgão  
71 gestor, e quanto ao papel de fiscalização em si, vai se aprofundar no assunto e trazer uma resposta.  
72 Celso Carvalho pergunta quais outros tipos de geração de energia poderiam ser classificados como  
73 usuário de água, uma dúvida apresentada também por outros conselheiros. Ohany explica que é uma  
74 situação que não se aplica ao CBH Rio das Velhas, mas será verificada junto a outros comitês. Brenda  
75 Barros questiona a representação dos municípios, pois entende que, uma vez que o município já é  
76 representado pelo consórcio ou associação, ao compor uma cadeira isolada haveria dupla  
77 representação. Celso explica não haver conflito, uma vez que a cadeira individual é de indicação do  
78 prefeito, que seria uma indicação diferente do consórcio. Dimas lembra que essa já é uma situação  
79 comum junto ao segmento usuários de água, que possuem instituições com indicação isolada e  
80 entidades federativas, entidades de classe, citando os exemplos da VALE S.A e do Sindextra  
81 (Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais). Ohany esclarece que houve um amplo debate  
82 junto ao CERH, e conclusão de que a maioria dos municípios é consorciada, e não seria democrático  
83 inviabilizar a participação de um ou de outro. E seguida, alguns pontos relativos à ortografia e  
84 gramática são indicados para correção. Colocado em votação, o documento é aprovado, mas Brenda  
85 Barros e Monicke Santana discordam do conteúdo, pois ambas entendem que o regimento precisa  
86 passar por revisão geral. Assim, fica o compromisso de no próximo ano a CTIL trabalhar na revisão do  
87 regimento interno e outras normativas do comitê visando deixá-las mais de acordo com a atualidade.  
88 **Item 6.** Ohany esclarece que o PPA atual se encerra ao final de 2023, e até dezembro é necessário  
89 aprovar um novo plano, para que as ações e investimentos do comitê possam continuar sendo  
90 executados a partir do ano que vem. Assim foi elaborado um novo PPA, com horizonte de 2024 a 2027.  
91 Informa que o primeiramente o documento deve ser analisado pela CTPC (Câmara Técnica de  
92 Planejamento, Projetos e Controle) quanto ao conteúdo técnico, às ações e investimentos planejados,  
93 e em seguida vem para a CTIL para avaliação da legalidade do texto e finalmente ser encaminhado  
94 para deliberação no plenário do comitê. Em seguida, passa a palavra para Jacqueline Fonseca, que  
95 inicia a apresentação do PPA. Jacqueline Explica que ele foi elaborado em conformidade com o  
96 manual de execução de contratos de gestão do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM),  
97 publicado em 2019, sendo composto por 3 componentes de execução – Programas e ações de gestão;  
98 programas e ações de planejamento e; programas e ações estruturais. A memória de cálculo apresenta  
99 a previsão de saldo em 31 de dezembro de 2023 na ordem de 34 milhões de reais, com previsão de



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

### CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2023

100 arrecadação para 2024 de cerca de 18,4 milhões, para 2025 19 milhões, para 2026 19,6 milhões e  
101 para o ano de 2027 20,2 milhões. Assim, a previsão ao final desse horizonte de planejamento é de R\$  
102 111,2 milhões, levando em consideração tanto a taxa de inadimplência quanto à nova metodologia de  
103 cálculo de arrecadação dos recursos da cobrança, lembrando que todas as rubricas estão em  
104 conformidade ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia do Rio das Velhas (PDRH Rio das  
105 Velhas). Na sequência Jacqueline detalha cada um dos componentes e as rubricas vinculadas.  
106 Terminando a apresentação, os conselheiros dizem não haver dúvidas tanto sobre o conteúdo do PPA,  
107 quanto o texto da deliberação e quanto ao rito processual. Assim, o documento é aprovado por  
108 todos. **Item 7.** O calendário da CTIL para o ano de 2024 é aprovado com reuniões para os dias 05 de  
109 março, 09 de julho e 08 de outubro. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a coordenação da  
110 CTIL atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura mínima necessária para possibilitar a  
111 participação de todos os conselheiros, e encerrou a mesma, da qual se lavrou a presente ata, que foi  
112 aprovada na reunião do dia 05 de março de 2024.

*Cecília Rute de Andrade Silva*  
**Cecília Rute Andrade Silva**  
**Coordenadora da CTIL**